

TUDO O QUE TEMOS SOMOS NÓS: A GESTÃO INSURGENTE EM UMA ESCOLA NA VILA CRUZEIRO (RJ)

Daniela Azini Henrique
PUC-RJ/GECEC/SME-RJ

Introdução

O tema proposto para este Seminário envolve uma experiência de uma gestão insurgente realizada na Escola Municipal Bernardo de Vasconcelos. Tal transformação iniciou-se no ano de 2017, com implantação do Projeto Político Pedagógico que nasce de um desejo coletivo de transformar uma escola estigmatizada e desacreditada e, assim, restabelecer o sentimento de identidade e de pertencimento dos alunos, dos docentes e da Comunidade Escolar como um todo em relação à escola. Tal Projeto de Escola foi construído no coletivo, apostando em práticas insurgentes que promoveram, simultaneamente, transformações nas estruturas físicas e pedagógicas na escola.

A escola está localizada no bairro da Penha, mais especificamente na Vila Cruzeiro, favela que integra o conjunto de favelas do Complexo da Penha³. Uma área da cidade do Rio de Janeiro, que muitas vezes é associada à criminalidade, ao tráfico de drogas e a violência. Apesar dos desafios internos e externos, a gestão investiu na construção de um Projeto Político Pedagógico que dialogasse com o território, compreendendo as suas fragilidades, mas também enxergando potencialidades e, sobretudo, possibilidades de construção de pontes de diálogo.

As escolas situadas nesses territórios não ficaram imune a toda essa violência, sofrendo com constantes interrupções no seu calendário escolar e, em muitas ocasiões, docentes e discentes ficaram expostos às linhas de tiro ou reféns no interior das Unidades Escolares diante do confronto deflagrado. Diante deste contexto, a Secretaria Municipal de Educação implantou na rede municipal do Rio de Janeiro, o Projeto Escolas do Amanhã⁴. O Projeto visava atender as cento e cinquenta e cinco unidades educacionais localizadas nas áreas de conflito, com ações diferenciadas para amenizar os efeitos da

³ Complexo da Penha reúne onze favelas: Morro da Fé, Paz, Sereno, Caixa d'água, Caracol, Chatuba, Grotão, Parque Proletário, Vila Cruzeiro, Merendiba e Quatro Bicas, com uma população de aproximadamente 50.000 habitantes em uma extensão territorial de 580 mil metros quadrados.

⁴ O Projeto visava atender as cento e cinquenta e cinco unidades educacionais localizadas nas áreas de conflito, com ações diferenciadas para amenizar os efeitos da violência.

violência. A questão violência atravessava essas escolas e interferia diretamente no fazer pedagógico como um todo, impactando, especialmente, na frequência escolar e processo de aprendizado dos alunos lotados nessas unidades.

As Escolas do Amanhã estavam articuladas às Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), um dos programas de maior visibilidade da política de segurança pública realizado no Brasil nas últimas décadas, introduzido no Rio de Janeiro, no final de 2008, com o objetivo declarado de retomar os territórios dominados pela criminalidade e, assim, contribuir para reduzir a evasão escolar nas áreas de conflito. Na fase inicial o projeto de “pacificação” apresentou resultados satisfatórios que amenizaram os conflitos na Vila Cruzeiro e os alunos tiveram maior regularidade na frequência escolar (HENRIQUE, 2016). Contudo, após essa fase houve uma retomada na rotina dos conflitos armados entre as forças de segurança e os atores armados locais, o que novamente afetou profundamente ao cotidiano escolar.

As políticas públicas do Estado pautadas na lógica de coerção, punição e encarceramento levou, em novembro de 2010, a ocupação da Vila Cruzeiro e do Complexo do Alemão. A operação contou com um enorme aparato bélico, incluindo o Batalhão de Operações Especiais (Bope), a tropa de elite da Polícia Militar (PM), forças armadas, tanques blindados, helicópteros e armas de guerra. E teve ampla cobertura e divulgação nos meios de comunicação.

Um Estado democrático deve zelar pelo direito à vida dos seus cidadãos e cidadãs. O direito à vida é o principal direito humano. Direito que não se aplica a grande parte da população negra, como afirma Gomes (2021) “o feminicídio que assola a vida das mulheres negras; as balas perdidas que só encontram os corpos negros das vilas e favelas; a violência policial, que historicamente marca a vida da população negra”(GOMES, 2021).

Ao longo dos últimos anos o estado democrático de direito no Brasil vem sendo ameaçado, com constantes violações de direitos humanos, tanto no campo dos direitos civis e políticos, quanto na esfera dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Portanto, assegurar um projeto de escola pautado em uma gestão participativa, dialógica, emancipatória e contra hegemônica se faz necessário e urgente nos tempos de hoje.

Mesmo que a Escola não seja o único espaço de legitimação social, ela ocupa papel fundamental na formação dos sujeitos, cidadãos e possibilidades de transformações sociais e necessita responder as demandas e realidade do tempo presente. A constatação da presença de grupos sociais excluídos marginalizados historicamente faz com que a

instituição escolar tenha que se reinventar. Tais demandas estampam a urgência de um olhar crítico para as diferenças geracionais, de raça, sexo, gênero, de classe social, condição física, habilidades, religiosidades, entre outros marcadores sociais (CANDAU, 2011; CANEN E OLIVEIRA, 2002).

Metodologia

O presente trabalho consiste em um relato de experiência, iniciado no ano de 20217. A metodologia do Projeto se apresenta como colaborativa e integrativa, uma vez que, este foi e está sendo discutido e construído pelo corpo docente, discentes e representantes da comunidade escolar com suas diversas identidades.

O processo de construção desta gestão resulta da minha atuação como professora e gestora desta unidade escolar. A interlocução com autores do campo educacional como Paro (2001) para o debate da Gestão Democrática, Veiga (2008) para o debate do PPP, Bordenave (1994) com a categoria participação foram essenciais para este processo.

Como nos ensina Paulo Freire: “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação. Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablá e a prática, ativismo (...)” (FREIRE, 1996, p.24).

Resultados e discussões

Nas palavras de Passo (2003), o processo de construções do PPP “aglutinará crenças, convicções, conhecimento da comunidade escolar, do contexto social e científico, construído em compromisso pedagógico e coletivo” (VEIGA, 2008). Esse compromisso estava sendo escrito e construído em uma escola periférica.

Nesta perspectiva a escola é uma instituição com legitimidade política e pedagógica para fazer frente ao processo de barbárie, seja da violência promovida pelo Estado, seja pela narcomilícia atuante nesses territórios. A escola com uma perspectiva emancipatória, solidária a coletiva é capaz de dialogar com as experiências e os sabores das cidadãs e dos cidadãos da favela e juntos construir uma proposta de educação que resgate os princípios de um Estado democrático.

Conclusão

Todos nós, educadores e educadoras, precisamos estar comprometidos com esse desafio, sobretudo em um contexto marcado por muitas formas de preconceito, discriminações e desigualdades e assim ratificar a centralidade dos Direitos Humanos, de cada pessoa humana, em todas as suas dimensões e especificidades, como sujeitos e atores sociais, individual e coletivamente.

Essa guinada na forma de pensar a escola ratifica os preceitos de um Projeto Político Pedagógico com robustez política e pedagógica para na construção de uma gestão democrática, comprometida com o coletivo, com a formação de uma cidadania emancipatória em educar com base em processos educativos com vistas de uma educação crítica e humanizadora, referendada pelos princípios dos direitos humanos.

Referências

BORDENAVE, Juan E Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BURGOS, Marcelo Baumann. Favela uma forma de luta pelo direito à cidade. In: Mello, Marco Antonio da Silva et al (Orgs). **Favelas Cariocas ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CANEN, A.; OLIVEIRA, A. M. A.. Multiculturalismo e Currículo em Ação: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 61-74, 2002

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2011.

GOMES, Nilma Lino. **O Combate ao racismo e a descolonização das práticas educativas e acadêmicas**. Revista Filosofia Aurora, Curitiba, v.33, n59, p,435-454, mai./ago,2021.

HENRIQUE, Daniela Azini. **O amanhã que ainda não chegou: desafios de educar em áreas de conflito no município do Rio de Janeiro**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estácio de Sá.

PARO, Vitor. **Gestão Democrática na escola pública**. São Paulo: Ática, 2001.

VEIGA, I.P.A (Org). **Escola: Espaço do Projeto Político-Pedagógico**. Campinas, 13.ed.SP: Papyrus, 2008